

Sistemas Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional

Estágio de implantação nos municípios da Baixada Santista



REALIZAÇÃO

 InstitutoPólis

CONVÊNIO

 **PETROBRAS**

 **BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

Apresentação

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A promoção do acesso à alimentação adequada e saudável e a aproximação entre as esferas de produção, do consumo e do pós-consumo é uma das diretrizes de trabalho do Observatório Litoral Sustentável, presentes em sua Agenda de Desenvolvimento Sustentável como um dos elementos do processo de democratização do território e inclusão social.

A implantação de sistemas municipais e regionais de segurança alimentar e nutricional (Sisan) colabora para a melhoria das condições de vida da população, ampliando as possibilidades de acesso à alimentação adequada e saudável. Com esse pressuposto, o Observatório Litoral Sustentável adotou a estratégia de fortalecer os processos de implantação de um Sisan no Litoral Paulista.

Esta publicação faz parte desse esforço ao fomentar a discussão sobre a temática na região.

Apresenta os conceitos básicos e o marco legal para a constituição do Sisan em suas diversas instâncias – nacional, estadual e municipal – e aponta elementos para a análise do estágio de implantação do sistema de segurança alimentar nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.

O Observatório Litoral Sustentável assume o conceito de soberania e segurança alimentar e nutricional, por meio do qual é possível analisar a questão alimentar na região de um ponto de vista abrangente, abarcando as várias dimensões do circuito do alimento, desde a produção até o pós-consumo. Adotado nacionalmente, o conceito engloba um conjunto de questões relacionadas à qualidade dos alimentos, à forma como são produzidos, ao preço, à vigilância sanitária, às doenças relacionadas à alimentação, à educação alimentar, às dificuldades de acesso, aos padrões de consumo e à cultura alimentar.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

“O direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Olinda, 2004).

EXPRESSÕES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

Os resultados mais perversos da insegurança alimentar são a fome e a desnutrição. No entanto, também são expressões da insegurança alimentar a obesidade, a anemia, a falta de acesso à água, à terra e às condições para plantar, o peso dos alimentos no orçamento familiar e a perda de hábitos alimentares tradicionais, locais e regionais, que se expressa na queda do consumo de arroz e feijão, de frutas, verduras e legumes, bem como no consumo crescente de açúcar, de alimentos gordurosos e processados e na substituição de refeições por lanches, entre outras manifestações.

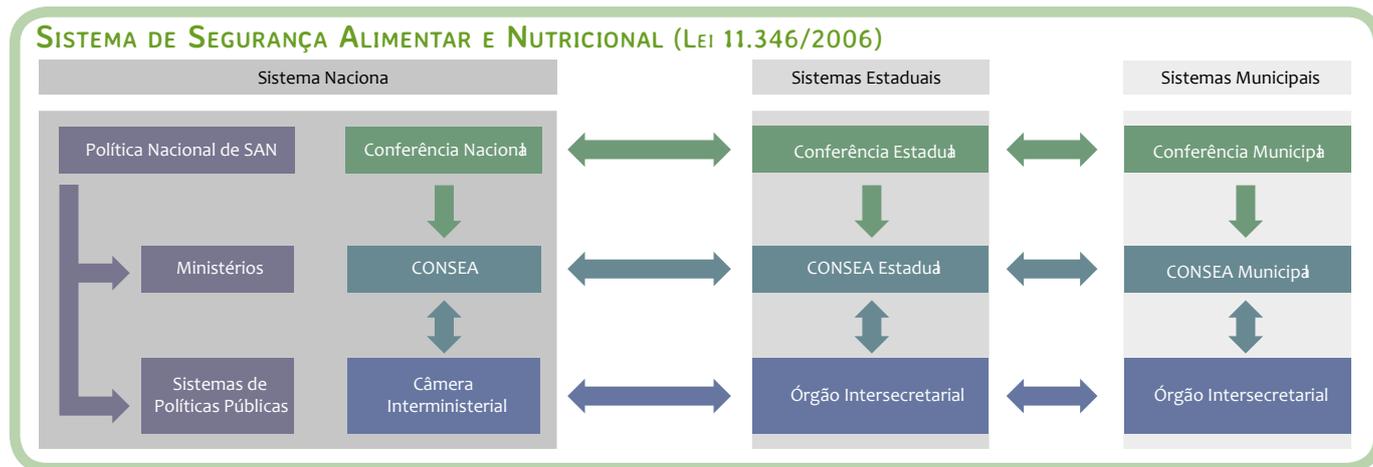


A importância de um sistema voltado para a garantia da segurança alimentar e nutricional

A expressão “sistema alimentar” refere-se tanto às relações concretas, como os fluxos de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos existentes em determinado município ou região, quanto à noção de sistema associado ao arcabouço institucional que objetiva organizar as ações públicas, objeto desta publicação.

Cabe investigar, portanto, entre as ações já existentes na região quais têm potencial para a construção de um sistema alimentar municipal, se esses potenciais estão mais presentes em alguns municípios do que em outros e se podemos identificar padrões comuns nos sistemas alimentares locais.

COMO DEVE SER A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



O que é o sistema de segurança alimentar e nutricional (Sisan)?



PAULO NEVES

BANCO DE ALIMENTOS DE ITANHAÉM

À semelhança de outros sistemas já existentes, como o Sistema Único de Saúde (SUS) ou o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o Sisan é formado por um conjunto de leis e de instrumentos que organiza a Política e o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Sisan foi instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), a Lei Federal nº 11.346/2006, que define os seguintes referenciais:

PRINCÍPIOS

(Artigo 8º)

- I. Universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- II. Preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
- III. Participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo;
- IV. Transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

DIRETRIZES

(Artigo 9º)

- I. Promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais;
- II. Descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;
- III. Monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;
- IV. Conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
- V. Articulação entre orçamento e gestão;
- VI. Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

O Sisan está em processo de construção. É um sistema aberto, resultante da articulação coordenada entre programas e ações. É um *sistema de objetos*, composto de ações e programas públicos relacionados à segurança alimentar e nutricional, e um *sistema de ação política e regulação*, que engloba as conferências, conselhos, políticas e planos de SAN*

*Sisan/MDS, 2007



Paulo Neves

RESTAURANTE BOM PRATO, GUARUJÁ

Elementos de uma política municipal de San

Paulo Neves



PROGRAMA SABOR E RENDA, GUARUJÁ

A Política de SAN em seus diferentes níveis de governo vem sendo concretizada por meio de uma melhor articulação da rede operacional, dos programas e das ações voltados para diferentes aspectos da segurança alimentar e nutricional, paralelamente à implementação do sistema de ação política – conselho municipal, conferência e órgão intersecretarias.

INTEGRAM O SISAN MUNICIPAL:

1. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
2. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
3. Órgão intersecretarias ou de assessoramento direto ao prefeito.

Com base no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2010, o diagnóstico¹ realizado pelo *Projeto Litoral Sustentável* em 2012/2013 considerou os eixos e setores, a análise das dimensões e dos objetivos dos programas e projetos, a quantidade e diversidade de ações implantadas, a existência de integração e complementariedade entre os programas e o seu grau de institucionalidade, verificando potenciais e entraves em cada uma dessas dimensões.

¹ Diagnóstico Urbano Socioambiental Regional, disponível em www.litoralsustentavel.org.br

EIXOS E SETORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Acesso à alimentação	Transferência de renda
	Oferta de alimentação escolar adequada e saudável
	Implantação e qualificação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, e distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos
Produção e abastecimento agroalimentar	Implantação e qualificação de equipamentos e serviços de apoio à produção e ao abastecimento
	Estímulo à participação dos agricultores familiares, povos tradicionais e pescadores artesanais no abastecimento da rede socioassistencial e dos mercados institucionais
	Ampliação do acesso e qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural
	Promoção da inclusão produtiva de comunidades indígenas e quilombolas
	Promoção da autonomia das mulheres por meio da inclusão na produção e gestão
	Promoção da produção, extração e do processamento de alimentos agroecológicos
	Fomento e estruturação da produção de pescadores artesanais e aquicultores familiares
	Garantia da qualidade higiênico-sanitária dos produtos da agroindústria familiar para possibilitar sua comercialização no mercado formal – Sistemas de Inspeção/Suasa

Educação, formação e pesquisa	Processos de educação e formação em SAN
	Promoção de ações de SAN e controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no ambiente escolar
	Fomento à sociedade civil organizada e organização de rede social voltada a SAN
SAN dos povos e comunidades tradicionais	Certificação e regularização fundiária de comunidades quilombolas e indígenas
	Desenvolvimento sustentável, autonomia e SAN dos povos indígenas
	Etnodesenvolvimento – uso sustentável da biodiversidade e valorização dos produtos da sociobiodiversidade
	Promoção da saúde, alimentação e nutrição dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.
Alimentação e nutrição no âmbito da saúde	Controle e prevenção de agravos e doenças
	Promover o controle e a regulação de alimentos
	Nutrição na rede de atenção à saúde
	Vigilância alimentar e nutricional

Plano de segurança alimentar e nutricional

O processo de institucionalização da SAN no Brasil teve um avanço significativo em 2011 com o lançamento do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan). Esse plano consolida a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), regido pela ótica do direito humano à alimentação e da soberania alimentar.

A elaboração de planos de SAN, em seus diferentes níveis de governo, deverá:

1. Conter análise da situação da segurança alimentar e nutricional;
2. Ser quadrienal;
3. Consolidar os programas e as ações relacionados às diretrizes designadas no Artigo 3º do Decreto nº 7.272/2010 e indicar as prioridades, metas e os requisitos orçamentários para a sua execução;
4. Explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades integrantes do Sisan e os mecanismos

de integração e coordenação daquele sistema com os sistemas setoriais de políticas públicas;

5. Incorporar estratégias territoriais e intersetoriais, bem como visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;
6. Definir seus mecanismos de monitoramento e de avaliação.

COMISSÕES REGIONAIS DE SAN

No âmbito regional, o governo do estado de São Paulo criou as comissões regionais sobre SAN (CR-SAN) com o objetivo de focalizar a discussão sobre o tema, ampliar o conhecimento da realidade regional e possibilitar a elaboração de propostas que respeitem as peculiaridades locais.

Cada CRSAN é composta por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil.

Entre as suas atribuições, destacam-se:

- Elaborar diagnóstico da insegurança alimentar e nutricional da região;
- Acompanhar ações e eventos de SAN em sua região;
- Auxiliar o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do estado de São Paulo (Consea/SP);
- Apoiar, articular e organizar a Conferência Regional de SAN junto com o Consea/SP;
- Propor ações e medidas relativas à educação alimentar e nutricional na região;
- Acompanhar a implementação das propostas e demandas solicitadas pelo Consea/SP no âmbito de sua região.

CRSAN BAIXADA SANTISTA

A Comissão Regional de SAN (CRSANS) da Baixada Santista abrange os nove municípios da Região Metropolitana. Foi criada em abril de 2013, realizou uma conferência regional em 2015 e, em abril de 2016, aprovou seu regimento interno. Sua composição restringe-se a representantes do poder público. No dia 29 de junho de 2016, foi realizada uma oficina regional para debater as estratégias de implantação das políticas de SAN nos municípios. Uma maior interação entre os municípios em temas associados à questão alimentar cumpre ao menos dois objetivos: favorecer a troca de experiências na implantação dos componentes do sistema, como conselhos, câmaras intersetoriais e programas, e favorecer a elaboração de soluções coletivas para problemas de SAN de natureza regional.

Daí a importância fundamental de dar continuidade ao processo de elaboração do Plano Estadual de SAN, em diálogo de dupla mão com cada uma das comissões regionais do estado de São Paulo.



PROGRAMA SABOR E RENDA, AULA DE CULINÁRIA, GUARUJÁ

Mapa da segurança alimentar na baixada santista

O Observatório Litoral Sustentável elaborou um mapa interativo com os elementos que compõem o sistema de segurança alimentar e nutricional na Baixada Santista. O mapa mostra no território os equipamentos de acesso ou de aquisição de alimentos, como restaurantes populares, banco de alimentos, mercados públicos e feiras livres, bem como feiras organizadas por produtores e por pescadores artesanais para venda direta ao público. O mapa apresenta também a localização das organizações de produtores da agricultura familiar, os produtos que oferecem e a forma de contato, que podem ser acessadas pelo poder público e por compradores institucionais, como hotéis e restaurantes e, eventualmente pela população em geral. Mostra, ainda, o perfil de cada município em relação à SAN, desde os órgãos responsáveis pela gestão da política de segurança alimentar até os programas existentes, equipamentos de acesso e aquisição de alimentos.

Consulte o mapa em <http://bit.ly/MapaSAN>

Segurança alimentar e nutricional no litoral paulista



PAULO NEVES

BANCO DE ALIMENTOS DE ITANHAÉM

O alimento é uma das preocupações básicas de todas as sociedades, em todos os tempos. As formas da relação entre a produção de alimentos e o meio ambiente revelam aspectos do padrão alimentar. Os hábitos alimentares são, portanto, estreitamente associados a fatores socioeconômicos, ambientais e culturais.

Nas últimas décadas, a população do Litoral Paulista vem vivenciando uma profunda mudança em seu padrão alimentar. Embora ainda persista a produção para o autoconsumo, assegurado pela pesca e pela agricultura familiar, o crescimento da urbanização, o aumento da migração impulsionada pela expansão do turismo e pelos grandes empreendimentos de logística e exploração energética vem provocando alterações estruturais na região e alterando os padrões alimentares.

A redução da área ocupada pela população caíra em função da especulação imobiliária, o aumento da pesca empresarial e a maior facilidade de acesso têm provocado uma maior dependência de alimentos industrializados, produzidos e comprados fora da região.

Pesquisas² realizadas em comunidades caiçaras indicam a substituição gradual da alimentação tradicional. O pescado, que historicamente vinha garantindo o consumo mínimo de proteína à população, vem sendo substituído por produtos como a carne bovina e o frango.

Essa mudança alinha-se com as transformações nos hábitos alimentares vividos nas últimas décadas, com a crescente penetração dos produtos industrializados e do *fastfood*, com consequente aumento no consumo de produtos pouco nutritivos, com elevados teores de gordura, de óleos, de açúcar e de sal em detrimento do consumo de produtos regionais.

2 FERREIRA, M. V.; JANKOWSKY, M. e NORDI, História e mudanças do sistema alimentar de pescadores: Uma comunidade no litoral de São Paulo, Brasil. *Interciências*, V. 34, N° 10, Out. 2009, p. 696-702. Disponível em <http://tinyurl.com/san-pescadores>

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA ALIMENTAR LOCAL³:

- Degradação da cultura alimentar;
- Situação de vulnerabilidade e diminuição da produção da agricultura familiar e de povos tradicionais, incluindo pescadores;
- Insuficiência de equipamentos públicos de abastecimento;
- Insatisfação da população quanto ao preço dos alimentos e seu peso no orçamento doméstico;
- Significativo aumento dos índices de sobrepeso e obesidade.

3 Diagnóstico Urbano Socioambiental Regional, disponível em <http://litoralsustentaval.org.br>

REFERENCIAIS DE SISTEMA DE SAN

O diagnóstico urbanístico e socioambiental realizado pelo Projeto Litoral Sustentável em 2012, incluindo segurança alimentar e nutricional, organizou os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista em dois grupos, em função do número de iniciativas já existentes e da diversidade de eixos e setores de SAN.

Grupo I Possui rede operacional pequena, pouco diversa, de baixa proposição municipal e tendência de dependência das esferas estadual e/ou federal. Ainda não há apropriação da segurança alimentar e nutricional.

Grupo II Rede operacional pequena, porém com iniciativas em ao menos dois dos cinco eixos, iniciativas de baixa proposição municipal, implantação de ao menos um dos componentes do Sistema Municipal de SAN.

AVALIAÇÃO DO SISTEMA LOCAL

A avaliação da situação atual do Sisan na Baixada Santista deve responder algumas questões:

- Existem programas e ações que atendam a uma visão de ação pública intersetorial?
- Há complementariedade entre programas de diferentes esferas de governo?
- Os programas existentes e suas ações garantem o acesso a uma alimentação adequada e, além disso, promovem a ampliação da capacidade de subsistência autônoma da população?
- Quais as práticas de intervenção da sociedade civil organizada na política e nos programas públicos existentes?
- Quais os mecanismos institucionais de representação que favorecem a participação social no processo da política municipal de SAN?

Sisan nos municípios da Baixada Santista*

Município	Consea**	Caisan	Plano San	Conferência municipal / regional
Peruíbe	Sim	Não	Não	Não
Itanhaém	Sim	Não (em elaboração)	Não (em elaboração)	Sim
Mongaguá	Sim	Não	Não	Sim
Praia Grande	Sim	Não	Não	Não
São Vicente	Sim	Não	Não	Não
Santos	Sim	Não	Não	Sim
Guarujá	Sim	Sim	Sim	Sim
Bertioga	Sim	Não	Não	Sim com Guarujá
Cubatão	Sim	Não	Não	Não

* Pesquisa realizada pela equipe do Observatório Litoral Sustentável em agosto de 2016 por meio de entrevistas e levantamentos realizados com os responsáveis pelos setores de SAN nos nove municípios da Baixada Santista e consulta aos órgãos federais e estaduais sobre parâmetros dos programas.

** Criado por lei municipal

PERUÍBE

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município? *	
Quantos agricultores existem no município? **	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA? ***	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado? ****	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

* FONTES PARA TODOS OS MUNICÍPIOS: MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - 2014 | **SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2007/2008 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - 2014 | *FNDE - 2014

Gabinete do prefeito
65.226
0,245
27%
Sim (Lei nº 2.464/2003)
Não
Não
Não
Não
382
517
Sim
108
Sim
37,71%
Não
Departamento Municipal de Agricultura (1 agrônomo), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati/SAA - 1 engenheiro agrônomo e 1 técnico agropecuário)
Mercado de Peixes de Peruíbe – Av. Governador Mário Covas JR., 47

ITANHAÉM

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município?	
Quantos agricultores existem no município?	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA?	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado?	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

Secretaria de Educação Cultura e Esportes
96.222
0,250
26,1%
Sim (Lei nº 3.190/2005)
Não, decreto em elaboração (agosto 2016)
Não, em elaboração
Sim
Ações pontuais
322
186
Sim
32
Sim
25,5%
Sim (Lei 2.565/2000)
Depto. de Agricultura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (dois agrônomos e um técnico agrícola)
Banco de alimentos de Itanhaém – Av. Harry Forssel, 1.505, Jd. Sabaúna Feira de Agricultura Familiar – sáb. das 8h às 16h, estacionamento do Paço Municipal, Av. Washington Luiz, 75 – Centro Bancas nas praias para venda de pesca artesanal

MONGAGUÁ

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município?	
Quantos agricultores existem no município?	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA?	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado?	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

Diretoria da Assistência Social (DAS)
96.222
0,250
26,1%
Sim (Lei nº 2.071/2004)
Não
Não
Sim
Não
84
104
Não
Zero
Não
Zero
Não
Diretoria de Agricultura e Abastecimento (um engenheiro agrônomo)
Não

PRAIA GRANDE

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município?	
Quantos agricultores existem no município?	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA?	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado?	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

Sem órgão responsável
299.261
0,319
20,3%
Sim (Lei nº 1.221/2004), mas está inativo
Não
Não
Não
Hortas escolares: <i>Mãozinhas na Terra e Horta-Escola</i>
177
5
Não
Zero
Não
26,91%
Não
Não
Não

SÃO VICENTE

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município?	
Quantos agricultores existem no município?	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA?	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado?	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

	Diretoria de Segurança Alimentar – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
	355.542
	0,311
	18,6%
	Sim (Lei nº 1.595/2005)
	Não
	Não
	Não
	Não
	216
	30
	Não
	Zero
	Não
	5%
	Não
	Não
	Banco de alimentos de São Vicente – temporariamente desativado Restaurante Bom Prato Centro – R. Ipiranga, 479 Restaurante Bom Prato Jardim Quarentenário – R. Tupã, 421

SANTOS

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município?	
Quantos agricultores existem no município?	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA?	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado?	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

Gabinete do prefeito
433.966
0,170
8,1%
Sim (Lei nº 2.248/2004)
Não
Não
Sim
Programa Horta Ecológica, no Jardim Botânico de Santos, parceria com a Cati/SAA e Feiras orgânicas itinerantes
214
19
Não
1
Não
18,93%
Sim
Sim (4 técnicos)
Restaurante Bom Prato – Unidade I / Praça Iguatemi Martins – Vila Nova (11013-310) Restaurante Bom Prato – Unidade II – Av. Nossa Sra. de Fátima, 517, Chico de Paula (11085-203) Mercado do Peixe de Santos – Praça Almirante Gago Coutinho, S/N Mercado Municipal de Santos – Praça Iguatemy Martins

GUARUJÁ

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município?	
Quantos agricultores existem no município?	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA?	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado?	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

Diretoria de Segurança Alimentar – Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social
311.230
0,285
22,8%
Sim (Lei nº 3.294/2006)
Sim (Decreto nº 10.880/2014)
Sim
Sim
Sim – Projeto Sabor e Renda – cozinha itinerante, montada sobre um caminhão que leva educação alimentar aos bairros
1039
12
Sim
4
Não
21,15%
Não
Diretoria de Desenvolvimento da Economia Solidária, Pesca e Aquicultura, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário
Restaurante Bom Prato (Vila Áurea) – Av. Conde de Áurea Gonzales, 47, Vila Áurea (11454-540) Restaurante Popular Santo Antônio – Al. das Violetas, 330, Santo Antônio (11432-440) Restaurante Tibério Bilrolini – Rua Colômbia, 1.125, Jardim Ana Maria (11440-360) Caminhão Peixe – Venda itinerante de pescados a preços populares Feira da Cidadania – Distribui frutas, verduras e legumes para famílias carentes cadastradas

BERTIOGA

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município?	
Quantos agricultores existem no município?	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA?	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado?	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

Assessoria de Comissões e Conselhos Municipais
57.555
0,224
20,7%
Sim (Lei nº 591/2004, alterada pela Lei 898/2010, mas está inativo)
Não
Não
Participou da conferência regional em Guarujá
Não
221
Não
Não
Zero
Sim
40,38%
Não
Não
Mercado de Peixes de Bertoga – Av. Vicente de Carvalho, 527

CUBATÃO

Órgão responsável pelas ações de SAN	
População estimada (IBGE 2015)	
Índice de vulnerabilidade (IBGE 2010)	
Sua presença na população	
Possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)?	
Possui Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan)?	
Possui Plano de Segurança Alimentar?	
Realizou Conferência Municipal e Regional de SAN em 2015?	
Possui programas de educação alimentar e nutricional?	
Quantos pescadores artesanais existem no município?	
Quantos agricultores existem no município?	
Participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	
Quantos agricultores fornecem para o PAA?	
O município cumpre o percentual de 30% de compras da agricultura familiar e da pesca artesanal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar?	
Qual o percentual praticado?	
Existe Sistema de Inspeção Municipal (SIM)?	
Existe equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)?	
Equipamentos e meios de distribuição de alimentos existentes no município	

	Sem órgão responsável
	127.006
	0,292
	22%
	Sim (Lei nº 2.875/2003)
	Não
	Não
	Não
	Não
	46
	Não
	Não
	Zero
	Não
	Zero
	Não
	Não
	Não

Balanço e perspectivas



HORTA ECOLÓGICA, JARDIM BOTÂNICO DE SANTOS

A análise realizada pela equipe do Observatório Litoral Sustentável dos dados relativos à implantação do Sisan nos municípios da Baixada Santista indica que alguns já incorporaram a temática de SAN (Grupo II, veja página 16), ainda que em nenhum deles se perceba uma prática intersetorial, com programas elaborados em conjunto por diferentes secretarias. Mesmo assim, é possível diferenciá-los entre aqueles que vem avançando na execução de ações de proposição federal, estadual ou até mesmo municipal. É o caso de Itanhaém e do Guarujá, com as feiras do produtor, restaurante populares, banco de alimentos, hortas, inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar por meio das compras públicas, além de ações educativas, mesmo que pontuais. Santos também pode ser incluída nesse grupo, com a implantação de hortas ecológicas e a organização de feiras orgânicas.

A promoção da SAN requer a construção de uma perspectiva intersetorial, envolvendo diferentes áreas da gestão pública relacionadas à produção

de alimento e aos processos associados à alimentação. Igualmente importante é a definição clara das atribuições de cada um dos diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal – e a construção de práticas integradas entre eles, tanto na implantação do Sistema de SAN quanto nos programas de SAN.

Até o momento, a maioria das ações desenvolvidas nesta temática na região Metropolitana da Baixada Santista é de proposição federal (como Pnae e PAA) ou estadual (como Renda Cidadã ou Viva Leite), com execução municipal. As iniciativas de proposição municipal ainda são tímidas e se limitam a ações de complementação de renda, hortas e orientação nutricional para atendimento de portadores de doenças como diabetes ou pressão alta.

Ao lado da intersetorialidade, outra diretriz fundamental da SAN é a garantia da participação social na implementação do Sistema e da Política de SAN. No âmbito federal, a institucionalização do Sistema Nacional teve na participação da

sociedade civil e dos movimentos sociais sua mola propulsora, incidindo seja no monitoramento, na denúncia ou na elaboração de propostas de SAN. No entanto, a atual conjuntura coloca desafios específicos para o campo da sociedade civil, que lida com toda sorte de dificuldades em suas organizações, justamente em um momento em que vem sendo mais demandada.

Na região da Baixada isso não é diferente e soma-se a esse cenário, o aspecto da dispersão geográfica e as dificuldades de transporte público local. Isso resulta em pequena participação da sociedade civil nos conselhos de políticas públicas e de programas, ficando a maior parte das iniciativas pautadas pelo poder público.

Considerando-se a importância estratégica da participação social na construção do sistema de SAN, importa problematizar a necessidade urgente da Comissão Regional da Baixada Santista incluir as organizações da sociedade civil em suas ações de formação e capacitação.

PERSPECTIVAS DE TRABALHO

Ainda que a apropriação da temática da SAN seja relativamente baixa na região da Baixada Santista, os dados apontados nesta publicação indicam iniciativas e potencialidades para a construção de um Sistema Regional de SAN participativo, coerente com a cultura alimentar regional e que considere as experiências desenvolvidas pelos atores da sociedade civil local.

Com o objetivo de coordenar as ações públicas de SAN, o Sisan articula a integração entre os diferentes níveis de governo (municipal estadual e federal) e entre eles e a sociedade civil para garantir o direito humano à alimentação adequada a toda a população.

Nesse sentido, é importante o fortalecimento da Comissão Regional, ligada ao Conselho Estadual de SAN como uma forma de comunicação de mão dupla entre o nível municipal e o estadual de governo, fundamental para a edificação do Sistema de SAN na região.

A partir desse diagnóstico inicial, além de poder desenvolver ações para propiciar a integração entre os municípios da Baixada Santista e também o tratamento de temas regionais associados à SAN, a Comissão Regional pode elaborar diferentes recomendações aos municípios, de acordo com o estágio de implantação do sistema.

Aos municípios que já realizaram a adesão ao Sistema Nacional, cabem recomendações no sentido de ampliar a diversificação da rede operacional de programas, buscando a perspectiva da intersetorialidade. Já aos municípios que ainda não o fizeram, caberá a recomendação inicial de organizar o conselho municipal e também a câmara intergovernamental, que reúne as secretarias e os órgãos de governo relacionados à SAN.

Em âmbito nacional, todos os estados, o Distrito Federal e mais 140 municípios formalizaram a adesão ao Sisan Nacional. A Câmara Interministerial de SAN (Caisan) tem como meta inserir pelo menos mais 600 cidades no Sisan até 2019.





Produção Observatório Litoral Sustentável, uma parceria entre o Instituto Pólis e a Petrobras

CONTEÚDO E PESQUISA Christiane Araújo Costa, Maria Judith Magalhães Gomes e Paulo Neves

COMUNICAÇÃO Observatório Litoral Sustentável: COORDENAÇÃO Maria Judith Magalhães Gomes PRODUÇÃO EDITORIAL Bianca Pyl, Luci Ayala e Isadora Pinheiro

REVISÃO Helena Gomes DESIGN Renata Alves de Souza IMAGENS Paulo Neves e Divulgação prefeituras